



RELATÓRIO FINAL 2025

MERENDA ESCOLAR

CAUCAIA/CE

APRESENTAÇÃO

O Conselho de Alimentação Escolar do Município de Caucaia/CE (CAE), no exercício de suas atribuições legais e regimentais, apresenta o **Relatório Final de Acompanhamento e Fiscalização do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – Exercício 2025**, documento que consolida as ações desenvolvidas ao longo do ano no âmbito do controle social da política pública de alimentação escolar.

A alimentação escolar constitui-se como um instrumento essencial para a garantia do direito humano à alimentação adequada, desempenhando relevante **valor pedagógico, social e nutricional** no processo de ensino e aprendizagem. Ao assegurar refeições equilibradas e nutricionalmente adequadas, a merenda escolar contribui diretamente para o desenvolvimento físico e cognitivo dos estudantes, favorece a permanência na escola, promove hábitos alimentares saudáveis e fortalece a equidade social, especialmente para alunos em situação de vulnerabilidade.

Nesse contexto, o **controle social exercido pelo CAE** revela-se fundamental para a efetividade do PNAE, ao fiscalizar a correta aplicação dos recursos públicos, a qualidade dos gêneros alimentícios ofertados, o cumprimento dos cardápios elaborados por nutricionistas, as condições de armazenamento, preparo e distribuição dos alimentos, bem como a observância da legislação vigente e das diretrizes estabelecidas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

O presente **Relatório Final 2025** tem como objetivo registrar o acompanhamento e a fiscalização realizada pelo colegiado no município de Caucaia/CE, evidenciando constatações, orientações, recomendações e encaminhamentos decorrentes das visitas, reuniões, análises documentais e demais ações institucionais. Trata-se de um instrumento técnico que subsidia a gestão pública, fortalece a transparência administrativa e reafirma o compromisso do Conselho com a melhoria contínua da execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Assim, o CAE de Caucaia reafirma seu papel enquanto instância colegiada de participação social, atuando de forma independente, colaborativa e responsável, em defesa da qualidade da alimentação escolar e da garantia do direito dos estudantes a uma educação pública com dignidade, saúde e segurança alimentar.

COMPOSIÇÃO DO CAE

Entidade Executora: Prefeitura Municipal de Caucaia – CE

- **Instrumento de Nomeação:** Portaria nº 890 (29 de setembro de 2025)
- **Vigência do Mandato:** 29/09/2025 a 29/09/2029

Quadro de Membros (Gestão 2025–2029)

A tabela abaixo detalha a representatividade paritária entre o Poder Executivo, Profissionais da Educação, Pais de Alunos e Sociedade Civil.

Categoria Representativa	Condição	Nome Completo	Função
Educação	Titular	Leiveson Costa de Moraes	Presidente
	Suplente	Maria das Dores Rodrigues dos Santos	Membro
Educação	Titular	Jose Mateus de Araújo Silva	Membro
	Suplente	Nicolas Ícaro de Souza Bezerra Cavalcante	Membro
Poder Executivo	Titular	Marly Xavier Barroso	Membro
	Suplente	Edilson Azevedo Lima Junior	Membro
Pais de Alunos	Titular	Sheyla da Silva de Aguiar	Vice-Presidente
	Suplente	Jenniffer Moreira Mota de Souza	Membro
Pais de Alunos	Titular	Francisca Aline da Silva Paulino	Membro
	Suplente	Maria da Saúde Miranda Marques	Membro
Sociedade Civil	Titular	Fabiola Santos de Sousa	Membro
	Suplente	Ariza Duarte Siqueira	Membro
Sociedade Civil	Titular	Francisco Jose de Souza Martins	Membro
	Suplente	Emanuelly dos Santos Furtado	Membro

DADOS DA ENTIDADE EXECUTORA

PREFEITURA DE CAUCAIA/CE

Informação	Detalhamento
Gestão	Naumi Gomes de Amorim (Prefeito)
Endereço	Rodovia CE 090, km 1, 1076 – Itambé, Caucaia - CE
Modelo PNAE	Gestão Centralizada
Total de Alunos	53.107 (Matrículas Censo 2024)
Tempo Integral	10.959 alunos
Rede Física	181 Unidades e 01 Conveniada
Escolas Diferenciadas	08 Indígenas 08 do Campo 07 Quilombolas

RELATÓRIO FINAL 2025

CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (CAE) – CAUCAIA/CE

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório tem por objetivo expor os resultados das fiscalizações, análises documentais e visitas técnicas realizadas pelo CAE de Caucaia ao longo do ano de 2025. A atuação deste Conselho pauta-se na garantia da execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), assegurando que os recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e a contrapartida municipal resultem em alimentação de qualidade, segura e nutritiva para os alunos da rede pública de ensino.

2. OBJETIVOS

- Fiscalizar a aplicação dos recursos financeiros destinados à alimentação escolar.
- Monitorar os processos licitatórios, contratos e aditivos firmados pela Secretaria Municipal de Educação (SME).
- Verificar a qualidade dos gêneros alimentícios e as condições de armazenamento e preparo nas unidades escolares.
- Verificar o cumprimento das normas sanitárias e nutricionais vigentes, incluindo a Lei Estadual nº 19.455/2025 e resoluções do FNDE e CFN.

3. RELATÓRIO

3.1. Tabela com os valores *per capita* do PNAE que estão vigentes para o cálculo dos repasses

Etapa / Modalidade de Atendimento	Valor per capita diário (R\$)	Descrição
EJA (Educação de Jovens e Adultos)	R\$ 0,41	Atendimento em período parcial (alimentação escolar)
Ensino Fundamental	R\$ 0,50	Atendimento em período parcial
Pré-escola	R\$ 0,72	Exceto escolas em terras indígenas e quilombolas
Escolas em áreas indígenas e quilombolas	R\$ 0,86	Atendimento em período parcial nessas localidades
Creches	R\$ 1,37	Alimentação escolar em creches

Observações técnicas

- Os valores *per capita* acima são utilizados no cálculo dos repasses financeiros do PNAE às Entidades Executoras (Estados, Municípios, DF e escolas federais) multiplicados pelo número de alunos e dias letivos (200 dias), conforme regra do FNDE.
- Esses valores derivam da **Resolução CD/FNDE nº 02/2023**, que estabeleceu reajustes após longo período sem atualização.
- Não há (até o momento) uma nova resolução específica com valores distintos apenas para 2026 publicada pelo FNDE — portanto, esses valores seguem como referência para os repasses em 2026.
- Em estudos e notas técnicas setoriais há propostas de reajustes futuros com base em índices de inflação de alimentos (IPCA-Alimentos), mas ainda não incorporados oficialmente ao cálculo do PNAE.

3.2. Repasses PNAE 2025 - Caucaia/CE

(Transferências de Recursos do FNDE para o PNAE - 2025)

Entidade: 07.616.162/0001-06 | **Banco:** Brasil (001) | **Agência:** 1041 | **C/C:** 35256-X

Programa (Categoria)	Parcelas (Qtd)	Valor por Parcela	Valor Total Acumulado
Ensino Fundamental	8	R\$ 688.759,00	R\$ 5.510.072,00
Creche	8	R\$ 232.934,25	R\$ 1.863.474,00
Pré-escola	8	R\$ 148.304,00	R\$ 1.186.432,00
AEE (Atend. Educ. Especializado)	8	R\$ 51.408,00	R\$ 411.264,00
Indígena	8	R\$ 40.106,00	R\$ 320.848,00
Quilombola	8	R\$ 13.194,75	R\$ 105.558,00
EJA (Educação de Jovens e Adultos)	8	R\$ 12.382,00	R\$ 99.056,00
---	---	---	---
TOTAL GERAL	56	---	R\$ 9.496.704,00

Observações dos Lançamentos:

- **Periodicidade:** Os pagamentos foram realizados mensalmente entre **fevereiro e setembro de 2025**, totalizando 8 parcelas para cada subprograma.

- **Consistência:** Os valores das parcelas mantiveram-se fixos em todos os meses para cada respectiva categoria.
- **Concentração:** O Ensino Fundamental representa a maior fatia do recurso, correspondendo a aproximadamente **58%** do valor total repassado.

3.3. Do Processo Licitatório

A aquisição de gêneros alimentícios foi regida pelo **Pregão Eletrônico nº 2023.12.12.01 – SME**, cujo objeto foi o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de insumos destinados à merenda escolar.

- **Publicidade:** Aviso publicado em 14/12/2023 no Jornal O Povo, DOM, DOE e DOU.
- **Sessão Pública:** Realizada em 28/12/2023.
- **Adjudicação/Homologação:** 07/02/2024 e 09/02/2024, respectivamente.
- **Vigência Atual:** Contratos renovados em 24/01/2025 com validade até 31/12/2025.

3.4. Quadro de Contratos Vigentes (Pregão)

Abaixo, detalham-se os contratos ativos durante o exercício:

Item	Empresa Contratada	Nº do Contrato	Valor Global (R\$)
01	COMERCIAL ELLEN LTDA – EPP	2023121201-07	13.730.900,00
02	PROVIX DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	2023121201-08	7.614.817,41
03	O & P COMÉRCIO ESPECIALIZADO LTDA	2023121201-09	2.277.980,00
04	M F COMÉRCIO LTDA	2023121201-10	870.213,96
05	T S COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	2023121201-11	695.970,00
06	RITA DE CÁSSIA BARRETO LOPES – ME	2023121201-12	1.779.262,86

Nota de Observação: Em 26/03/2025, foi publicada a **Rescisão Contratual Unilateral** da empresa Rita de Cássia Barreto Lopes – ME (Contrato nº 2023.12.12.01-12), com fulcro nos Artigos 78 e 79 da Lei 8.666/93.

3.5. Termos Aditivos aos Contratos

Durante o ano de 2025, foram realizados acréscimos quantitativos para suprir a demanda da rede:

Data	Contrato	Empresa	Acréscimo (%)	Valor Aditivado (R\$)	Valor Total (R\$)
19/05/25	2023.12.12.01-11	T S COMÉRCIO	25,00%	87.000,10	782.997,10
21/08/25	2023.12.12.01-07	COMERCIAL ELLEN	25,00%	3.432.690,80	17.163.590,80
21/08/25	2023.12.12.01-08	PROVIX DISTRIB.	25,00%	1.903.333,37	9.518.190,58
22/08/25	2023.12.12.01-10	M F COMÉRCIO	24,94%	217.027,32	1.087.241,28
22/08/25	2023.12.12.01-11	O & P COMÉRCIO	24,38%	569.401,05	2.847.381,05

3.6. Contratação por Dispensa de Licitação

Para suprir a vacância deixada pela rescisão da empresa Rita de Cássia Barreto Lopes – ME, a SME realizou a **Dispensa de Licitação nº 2025.04.04.01-SME**:

Empresa/Cooperativa	Nº do Contrato	Vigência	Valor (R\$)
COOPASJO	2025.04.04.01-01	08/04 a 08/09/2025	5.286.960,00

3.7. Chamada Pública da Agricultura Familiar

A análise do Chamamento Público nº 2025.05.14.01 – SME revela que o certame foi deflagrado apenas no mês de maio, embora o calendário letivo tenha iniciado em fevereiro.

- **Publicação:** 22/05/2025.
- **Resultado Final:** 17/07/2025.
- **Análise Técnica:** O processo foi finalizado com atraso considerável.
- **Causa:** Grave falha de planejamento administrativo e cronológico da gestão.
- **Consequência:** Risco iminente de descontinuidade no fornecimento de gêneros alimentícios frescos (perecíveis) e potencial impedimento no cumprimento da meta legal de aplicação de, no mínimo, 30% dos recursos do PNAE na agricultura familiar.
- **Inconsistências:** Detectou-se a não apresentação do projeto de venda por parte da COOPERCAU, além da ausência de mapeamento agrícola prévio para subsidiar a demanda.

3.8. Contratos Gerados pela Chamada Pública:

Contrato	Cooperativa	Valor Global (R\$)
2025.05.14.01-01	COOPASJO	5.599.998,07
2025.05.14.01-02	COPASB	6.157.198,05
2025.05.14.01-03	COOPAAGRO	1.536.194,16
2025.05.14.01-04	COOPERCAU	1.719.962,51

3.9. Percentual do gasto com agricultura familiar (30%)

Tabela – Aplicação de Recursos do PNAE na Agricultura Familiar (FNDE)

Cooperativa	Valor Gasto (R\$)	Recurso Total FNDE (R\$)	Percentual sobre o Total (%)
COOPASJO	1.240.834,17	9.496.704,00	13,07%
COPASB	1.352.231,41	9.496.704,00	14,24%
COOPERCAU	688.865,82	9.496.704,00	7,25%
COOPAAGRO	361.395,51	9.496.704,00	3,80%
Total Agricultura Familiar	3.643.326,91	9.496.704,00	38,36%

Com base na execução dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), observa-se que o município aplicou **38,36% do total dos recursos do FNDE** na aquisição de gêneros alimentícios provenientes da **Agricultura Familiar**, percentual superior ao **mínimo legal de 30%**, conforme estabelece a **Lei nº 11.947/2009** e a **Resolução FNDE nº 06/2020**.

A distribuição dos recursos entre as cooperativas locais — COOPASJO, COPASB, COOPERCAU e COOPAAGRO — evidencia a **diversificação de fornecedores**, o que contribui para o fortalecimento da economia local, a geração de renda no campo e a promoção do desenvolvimento rural sustentável. Além disso, essa estratégia reduz a dependência de grandes fornecedores e favorece a regularidade no abastecimento da alimentação escolar.

Dessa forma, constata-se que a execução financeira do PNAE atende plenamente às exigências legais, apresentando **desempenho satisfatório e socialmente relevante**, sem prejuízo à eficiência administrativa, cabendo ao Conselho de Alimentação Escolar acompanhar a manutenção desse percentual e a qualidade dos produtos fornecidos.

3.10. Documentos Fiscais

Sigla	Programa Relacionado
PNAEFR	Programa Nacional de Alimentação Escolar (Ensino Fundamental)
PNACR	Programa Nacional de Alimentação Escolar (Creche)
PNAPR	Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pré-Escola)
PNAQR	Programa Nacional de Alimentação Escolar (Quilombola)
PNAIR	Programa Nacional de Alimentação Escolar (Indígena)
AEER	Atendimento Educacional Especializado
EJAR	Educação de Jovens e Adultos

Total de notas pagas com recursos FNDE: **151 notas**.

Durante a análise dos documentos fiscais (notas fiscais) pagos com recursos repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), foi verificada uma desconformidade crítica na comprovação das despesas. De um universo de **151 (cento e cinquenta e uma) Notas Fiscais** pagas, constatou-se que **apenas 07 (sete)** apresentam a devida identificação (carimbo) com o nome do FNDE e do respectivo Programa.

As 144 notas restantes carecem de sinalização, descumprindo o rito formal de que os documentos fiscais devem ser emitidos em nome da Entidade Executora (EEx) e devidamente vinculados à fonte do recurso.

A obrigatoriedade da identificação documental encontra amparo nos seguintes dispositivos:

- **Resolução FNDE nº 6/2020 (Art. 52, parágrafo único):** Estabelece taxativamente que os documentos devem conter o nome do FNDE e do Programa correspondente.
- **Acórdão nº 795/2008 – 1ª Câmara do TCU (Voto do Relator, Item 15):** Reforça que a identificação não é uma formalidade meramente burocrática, mas um mecanismo essencial para evitar que o mesmo documento fiscal seja utilizado para comprovar despesas de múltiplas fontes de custeio.
- **Parecer nº 441/2007 da Procuradoria Federal do FNDE:** Classifica a ausência de identificação como uma **irregularidade grave**, que compromete a rastreabilidade dos recursos atrelados e a transparência na execução do Programa.

A ausência do carimbo identificador nos comprovantes de despesa gera as seguintes consequências para a administração pública:

1. **Impedimento à Fiscalização:** Inviabiliza o nexo de causalidade entre a origem do recurso (FNDE) e o objeto adquirido, dificultando a auditoria pelos órgãos de controle.
2. **Risco de Malversação:** Conforme apontado pela Procuradoria Federal, a falta de vinculação abre margem para o **desvio de recursos** e a **malversação do dinheiro público**, uma vez que os mesmos recibos poderiam ser apresentados em diferentes prestações de contas.
3. **Comprometimento da Prestação de Contas:** A falha pode levar à rejeição integral das contas da Entidade Executora, com a consequente obrigação de devolução dos valores não devidamente comprovados.

A situação observada indica uma fragilidade nos controles internos da Entidade Executora. A baixa adesão à norma (menos de 5% dos documentos estão conformes) exige a imediata regularização dos procedimentos e a apresentação de justificativas que comprovem a aplicação lícita dos recursos nas notas não identificadas.

3.11. Tabela Técnica de Merenda Escolar - Liquidado (execução física)

Nº	Item	Marca	Fornecedor	Custo Unit.	Quant. Total
1	Macarrão Espaguete	Brandini	Provix	R\$ 5,68	123.470
2	Farinha de Milho Flocada	Flomil	Provix	R\$ 3,43	100.695
3	Cream Cracker	Estrela	O & P Comercio	R\$ 8,07	81.805
4	Biscoito tipo Maizena	Estrela	O & P Comercio	R\$ 9,29	78.257
5	Filé de Frango	Do Sertão	Comercio Ellen	R\$ 30,90	77.024
6	Banana (Cooperativa)	-	Coopasjo	R\$ 8,29	74.323
7	Carne Bovina Moída	Do Sertão	Comercio Ellen	R\$ 39,38	65.402
8	Leite em Pó Integral	Leitino	Provix	R\$ 53,28	62.643
9	Açúcar Cristal Branco	Forpan	Provix	R\$ 6,39	62.269
10	Melancia (Cooperativa)	-	Coopasjo	R\$ 4,36	58.105
11	Arroz Branco	Maioral	Provix	R\$ 9,94	45.899

Nº	Item	Marca	Fornecedor	Custo Unit.	Quant. Total
12	Óleo de Soja Ref.	Soya	M.F Comercio	R\$ 13,16	9.627
13	Sal Refinado	Garça	M.F Comercio	R\$ 1,81	8.928
14	Alho Picado sem Sal	Neruska	M.F Comercio	R\$ 23,77	7.996
15	Colorífico	Grão Temper	M.F Comercio	R\$ 34,66	5.107
16	Vinagre	Neruska	M.F Comercio	<i>Não inf.</i>	1.286
17	Orégano Desidratado	-	M.F Comercio	R\$ 119,55	330
18	Pimenta do Reino Desi.	-	M.F Comercio	R\$ 33,11	237
19	Louro	-	M.F Comercio	R\$ 119,55	109
20	Açafrão Cúrcuma	-	M.F Comercio	R\$ 80,04	84

Alimentos da Agricultura Familiar 2025 (Por Volume de Aquisição)

Nº	Cooperativa	Produto	Origem	Custo Unit.	Quant. Total
1	Coopasjo	Ovo de Galinha	Ag. Familiar	R\$ 38,92	45.253
2	Copasb	Melancia	Ag. Familiar	R\$ 5,75	36.679
3	Copasb	Banana	Ag. Familiar	R\$ 6,41	35.675
4	Coopercau	Banana Prata	Ag. Familiar	R\$ 6,41	35.611
5	Coopasjo	Banana Prata	Ag. Familiar	R\$ 6,41	31.260
6	Coopasjo	Melancia	Ag. Familiar	R\$ 5,75	27.850
7	Coopercau	Melancia	Ag. Familiar	R\$ 5,75	21.184
8	Copasb	Mamão Formosa	Ag. Familiar	R\$ 5,80	11.230
9	Coopasjo	Cebola Branca	Ag. Familiar	R\$ 7,40	10.714
10	Coopasjo	Batata Inglesa	Ag. Familiar	R\$ 10,19	10.553

Nº	Cooperativa	Produto	Origem	Custo Unit.	Quant. Total
11	Coopercau	Melão Japonês	Ag. Familiar	R\$ 6,61	10.250
12	Coopaagro	Banana Prata	Ag. Familiar	R\$ 6,41	9.862
13	Coopasjo	Filé de Peixe Tilápia	Ag. Familiar	R\$ 64,89	9.856
14	Copasb	Batata Inglesa	Ag. Familiar	R\$ 10,19	8.913
15	Coopaagro	Melancia	Ag. Familiar	R\$ 5,75	8.889
16	Copasb	Cenoura	Ag. Familiar	R\$ 9,83	8.306
17	Coopasjo	Cenoura	Ag. Familiar	R\$ 9,83	8.183
18	Coopasjo	Mamão Formosa	Ag. Familiar	R\$ 5,80	7.955
19	Copasb	Cebola Branca	Ag. Familiar	R\$ 7,40	7.666
20	Coopasjo	Melão Japonês	Ag. Familiar	R\$ 6,61	6.425
21	Coopercau	Batata Inglesa	Ag. Familiar	R\$ 10,19	6.044
22	Coopercau	Mamão Formosa	Ag. Familiar	R\$ 5,80	6.011
23	Copasb	Ovo de Galinha	Ag. Familiar	R\$ 38,92	5.524
24	Coopercau	Cebola Branca	Ag. Familiar	R\$ 7,40	5.403
25	Coopercau	Cenoura	Ag. Familiar	R\$ 9,83	5.107
26	Copasb	Filé de Peixe-Tilápia	Ag. Familiar	R\$ 64,89	4.674
27	Copasb	Cheiro Verde	Ag. Familiar	R\$ 22,33	4.214
28	Coopercau	Polpa de Cajá	Ag. Familiar	R\$ 15,37	4.150
29	Coopasjo	Polpa de Goiaba	Ag. Familiar	R\$ 16,50	4.116
30	Coopasjo	Abóbora Caboclo	Ag. Familiar	R\$ 7,44	4.086
31	Coopaagro	Batata Inglesa	Ag. Familiar	R\$ 10,19	3.647
32	Coopercau	Cheiro Verde	Ag. Familiar	R\$ 22,33	3.504
33	Coopasjo	Cheiro Verde	Ag. Familiar	R\$ 22,33	3.470

Nº	Cooperativa	Produto	Origem	Custo Unit.	Quant. Total
34	Copasb	Abóbora Caboclo	Ag. Familiar	R\$ 7,44	3.419
35	Coopercau	Ovos de Galinha	Ag. Familiar	R\$ 38,92	3.329
36	Coopasjo	Polpa de Manga	Ag. Familiar	R\$ 19,32	3.285
37	Coopaagro	Cenoura	Ag. Familiar	R\$ 9,83	2.999
38	Coopasjo	Beterraba	Ag. Familiar	R\$ 6,19	2.867
39	Copasb	Melão Japonês	Ag. Familiar	R\$ 6,61	2.857
40	Coopaagro	Cebola Branca	Ag. Familiar	R\$ 7,40	2.851
41	Coopaagro	Mamão Formosa	Ag. Familiar	R\$ 5,80	2.652
42	Coopasjo	Pimentão Verde	Ag. Familiar	R\$ 8,60	2.584
43	Coopaagro	Batata Doce	Ag. Familiar	R\$ 6,07	2.409
44	Coopercau	Polpa de Caju	Ag. Familiar	R\$ 19,37	2.250
45	Coopercau	Polpa de Goiaba	Ag. Familiar	R\$ 16,50	2.250
46	Coopercau	Polpa de Manga	Ag. Familiar	R\$ 19,32	2.250
47	Copasb	Polpa de Cajá	Ag. Familiar	R\$ 18,50	1.972
48	Copasb	Pimentão Verde	Ag. Familiar	R\$ 8,60	1.951
49	Copasb	Beterraba	Ag. Familiar	R\$ 6,19	1.748
50	Copasb	Pimenta de Cheiro	Ag. Familiar	R\$ 16,55	1.731
51	Coopercau	Abóbora Caboclo	Ag. Familiar	R\$ 7,44	1.929
52	Coopercau	Polpa de Acerola	Ag. Familiar	R\$ 20,63	1.881
53	Coopasjo	Laranja Pera	Ag. Familiar	R\$ 8,76	1.598
54	Coopaagro	Cheiro Verde	Ag. Familiar	R\$ 22,33	1.513
55	Copasb	Polpa de Acerola	Ag. Familiar	R\$ 20,63	1.497
56	Copasb	Polpa de Caju	Ag. Familiar	R\$ 19,37	1.490





Nº	Cooperativa	Produto	Origem	Custo Unit.	Quant. Total
57	Coopasjo	Polpa de Caju	Ag. Familiar	R\$ 19,37	1.443
58	Copasb	Batata Doce	Ag. Familiar	R\$ 6,07	1.393
59	Coopaagro	Beterraba	Ag. Familiar	R\$ 6,19	1.379
60	Coopaagro	Abóbora Caboclo	Ag. Familiar	R\$ 7,44	1.302
61	Copasb	Polpa de Manga	Ag. Familiar	R\$ 19,32	1.295
62	Coopasjo	Batata Doce	Ag. Familiar	R\$ 6,07	1.263
63	Coopaagro	Pimenta de Cheiro	Ag. Familiar	R\$ 16,55	1.248
64	Copasb	Laranja Pera	Ag. Familiar	R\$ 8,76	1.178
65	Coopaagro	Pimentão Verde	Ag. Familiar	R\$ 8,60	800
66	Coopercau	Pimentão Verde	Ag. Familiar	R\$ 8,60	800
67	Coopaagro	Polpa de Cajá	Ag. Familiar	R\$ 18,50	735
68	Coopaagro	Melão Japonês	Ag. Familiar	R\$ 6,61	675
69	Coopaagro	Polpa de Manga	Ag. Familiar	R\$ 19,32	668
70	Coopaagro	Polpa de Acerola	Ag. Familiar	R\$ 20,63	658
71	Coopasjo	Alface Crespa	Ag. Familiar	R\$ 4,97	647
72	Coopercau	Batata Doce	Ag. Familiar	R\$ 6,07	600
73	Coopercau	Laranja Pera	Ag. Familiar	R\$ 8,76	500
74	Coopasjo	Polpa de Acerola	Ag. Familiar	R\$ 20,63	480
75	Coopercau	Biscoito Polvilho	Ag. Familiar	R\$ 30,40	450
76	Coopaagro	Pimentão Verde	Ag. Familiar	R\$ 8,60	435
77	Coopercau	Alface Crespa	Ag. Familiar	R\$ 4,97	351

3.12. Despesas por Fonte de Recurso

Detalhamento por Empresa

Empresa	Federal (FNDE)	Receita Própria	Salário Educação	Total Empresa
Provix	R\$ 3.133.706,98	R\$ 909.258,35	R\$ 2.334.173,36	R\$ 6.377.138,69
Comercial ELLEN	R\$ 1.151.203,35	R\$ 1.591.553,57	R\$ 4.796.255,90	R\$ 7.539.012,82
M F Comércio LTDA	R\$ 258.650,43	-	R\$ 242.417,26	R\$ 501.067,69
O & P Comercio	R\$ 744.869,46	-	R\$ 698.868,91	R\$ 1.443.738,37
T S Comercio e Serv.	R\$ 264.163,68	R\$ 170.840,27	-	R\$ 435.003,95
Rita de Cássia - ME	R\$ 205.384,88	R\$ 83.824,50	-	R\$ 289.209,38
COOPASJO (Disp Lt)	-	R\$ 1.241.182,20	R\$ 856.707,81	R\$ 2.097.890,01
COOPASJO	R\$ 1.240.834,17	-	R\$ 431.552,66	R\$ 1.672.386,83
COPASB	R\$ 1.352.231,41	-	-	R\$ 1.352.231,41
COOPERCAU	R\$ 688.865,82	-	R\$ 300.896,35	R\$ 989.762,17
COOPAAGRO	R\$ 361.395,51	-	-	R\$ 361.395,51

Consolidado Geral por Fonte de Recurso

Fonte de Recurso	Total Geral pago
 Recurso Federal (FNDE)	R\$ 9.401.305,69
 Receita Própria	R\$ 3.996.658,89
 Salário Educação	R\$ 9.660.872,25
 TOTAL GERAL	R\$ 23.058.836,83

4. VISITAS ESCOLARES

Nº	Data	INEP	Unidade Escolar	Tipo	Localização	Total de Alunos
1	06/fev/23	23223197	EEIEF NAIR MAGALHÃES GUERRA	Escola	Urbana	381
2	06/fev/23	23062223	EEIEF DALVA PONTES DA ROCHA	Escola	Urbana	436
3	18/fev/23	23062320	NEDI CRESCER FELIZ	Escola	Urbana	142
4	19/fev/23	23193140	EEIEF FRANCISCA ALVES DO AMARAL	Escola	Urbana	690
5	19/fev/23	23063203	NEDI NOVA METRÓPOLE	Escola	Urbana	124
6	25/fev/23	23174536	EEIEF RAIMUNDO JERÔNIMO DE SOUSA	Escola	Urbana	662
7	28/fev/23	23276177	CEI DAVI RODRIGUES MOURA	Escola	Urbana	128
8	07/mar/23	23063955	SANTA RITA ESCOLA	Anexo	Urbana	85
9	10/mar/23	23203250	NEDI MUNDO MÁGICO	Escola	Urbana	84
10	18/mar/23	23064307	EQEIEF YARA GUERRA SILVA	Escola	Rural (Quilombola)	381
11	20/mar/23	23063530	EEIEF SÃO SEBASTIÃO	Escola	Urbana	81
12	26/mar/23	23257903	EEIEF MIRIAM PONTE JUCÁ	Escola	Urbana	391

Nº	Data	INEP	Unidade Escolar	Tipo	Localização	Total de Alunos
13	28/mar/23	23223227	EEIEF CEL RAIMUNDO DE OLIVEIRA	Escola	Urbana	322
14	02/abr/23	23223634	EEIEF PEDRO MOREIRA DE OLIVEIRA	Escola	Rural (Campo)	203
15	04/abr/23	23063734	VOVÓ JOVINA	Escola	Rural (Quilombola)	55
16	07/abr/23	23223332	EEIEF LUZIA CORREIA SALES	Escola	Urbana	773
17	08/abr/23	23223308	EDEIEF MARIA SILVA DO NASCIMENTO TAPEBA	Escola	Rural (Indígena)	140
18	11/abr/23	23249595	EEIEF 12 DE OUTUBRO	Escola	Urbana	302
19	16/abr/23	23233524	EEIEF VERÔNICA MARIA SILVA DE MENEZES	Escola	Urbana	404
20	23/abr/23	23063173	EEIEF NELY CAÚLA DE CARVALHO	Escola	Urbana	434
21	28/abr/23	23062169	EEIEF CELINA SÁ MORAIS	Escola	Urbana	721
22	30/abr/23	23257938	EEIEF LUIZA MORAES CORREIA TÁVORA	Escola	Urbana	1438
23	07/mai/23	23064048	EEIEF MARIA CORINA MOURA ARRUDA	Escola	Rural	484
24	09/mai/23	23063220	EEIEF OSCAR DE AZEVEDO E SÁ	Escola	Urbana	157

Nº	Data	INEP	Unidade Escolar	Tipo	Localização	Total de Alunos
25	12/mai/23	23063734	NEDI VÓ SINHÁ	Anexo	Rural (Quilombola)	64
26	13/mai/23	23223820	EEIEF ANTÔNIO BRAGA DA ROCHA	Escola	Urbana	82
27	16/mai/23	23062207	EEIEF CORÁLIA GONZAGA SALES	Escola	Urbana	561
28	19/mai/23	23063602	EEIEF VICENTE TORQUATO DE ARAÚJO	Escola	Rural	162
29	20/mai/23	23276126	EDEIEF CACIQUE ANTÔNIO FERREIRA DA SILVA	Escola	Rural (Indígena)	267
30	21/mai/23	23062487	EEIEF FLÁVIO PORTELA MARCÍLIO	Escola	Urbana	380
31	26/mai/23	23064293	EEIEF MOACIR PINHEIRO DE SOUSA	Escola	Rural	76
32	28/mai/23	23062983	EEIEF MARIA MOTA RODRIGUES	Escola	Urbana	118
33	03/jun/23	23063734	EQEIEF ADÉLIA CRISOSTOMO	Escola	Rural (Quilombola)	236
34	05/jun/23	23062053	GUADALAJARA	Anexo	Urbana	280
35	09/jun/23	23064315	EEIEF SANTA RITA CATARINA	Escola	Rural	123
36	18/jun/23	23063955	EEIEF ECONOMISTA RUBENS VAZ DA COSTA	Escola	Urbana	1078

Nº	Data	INEP	Unidade Escolar	Tipo	Localização	Total de Alunos
37	06/ago/23	23061944	EEIEF ADRIANO MARTINS	Escola	Urbana	283
38	08/ago/23	23249609	EEIEF JOÃO CARLOS DA MOTA E SILVA	Escola	Rural (do Campo)	44
39	12/ago/23	23276096	CEI VALMIRA BATISTA PEREIRA	Escola	Urbana	260
40	20/ago/23	23063920	EEIEF RAIMUNDO JOSÉ DOS SANTOS	Escola	Rural (Indígena)	280
41	25/ago/23	23062231	EEIEF DANILO DALMO DA ROCHA CORREIA	Escola	Urbana	784
42	05/set/23	23174463	EEIEF MARIA LUIZA DO VALE FORTE	Escola	Urbana	450
43	10/set/23	23064056	EEIEF ALICE MOREIRA DE OLIVEIRA	Escola	Urbana	943
44	16/set/23	23063009	EEIEF LUIZ PAZ	Escola	Rural	434
45	16/out/23	23223219	EEIEF MARIA DOLORES MENEZES DE ALMEIDA	Escola	Urbana	382
46	29/out/23	23063416	EEIEF RAIMUNDA NONATA FORTE SALES	Escola	Rural	305
47	30/out/23	23062029	EEIEF MONSENHOR ANDRE VIANA CAMURÇA	Escola	Urbana	994

Nº	Data	INEP	Unidade Escolar	Tipo	Localização	Total de Alunos
48	30/nov/23	23062061	EEIEF DOM ANTÔNIO ALMEIDA LUSTOSA	Escola	Urbana	775
49	05/nov/23	23329025	CENTRO PEDAG. GREGÓRIO CELESTINO	Escola	Urbana	327
50	17/nov/23	23026487	POLO AVANÇADO ENSINO INTEGRAL - PAETI	Anexo	Urbana	656
51	19/nov/23	23063769	EEIEF ESTEVÃO FERREIRA DA ROCHA	Escola	Rural	161

5. CONSTATAÇÕES

01

Achado: Utilização de recursos do PNAE fora do prazo legal.

Descrição: Constatou-se a utilização de recursos financeiros destinados à aquisição da merenda escolar em desacordo com o prazo estabelecido no art. 15 da Resolução FNDE nº 07/2024.

Causa: Falha no planejamento e na execução financeira do programa.

Risco: Irregularidade na prestação de contas, com possibilidade de glosas, devolução de recursos e aplicação de sanções federais.

02

Achado: Ausência de formalização do Termo de Compromisso do PNAE.

Descrição: Verificou-se que o Termo de Compromisso da Merenda Escolar não foi assinado ou que o Conselho de Alimentação Escolar não recebeu cópia devidamente assinada pelo Chefe do Poder Executivo, documento obrigatório exigido pelo FNDE para o recebimento dos recursos do PNAE.

Causa: Falha documental e/ou omissão administrativa no fluxo de formalização e renovação do instrumento.

Risco: Suspensão ou impedimento do repasse de recursos federais do PNAE.

03

Achado: Inexistência de mapeamento da produção da agricultura familiar.

Descrição: Não foi identificado levantamento prévio da produção agrícola local para subsidiar a chamada pública da agricultura familiar.

Causa: Falta de integração e articulação institucional entre as Secretarias de Educação e Agricultura.

Risco: Ineficiência na aquisição de produtos locais e elaboração inadequada da pauta de compras.

04

Achado: Quadro insuficiente de nutricionistas.

Descrição: O número de nutricionistas vinculados ao programa encontra-se abaixo dos parâmetros mínimos estabelecidos pela Resolução CFN nº 465/2010.

Causa: Carência de profissionais contratados ou efetivos.

Risco: Comprometimento da supervisão técnica e nutricional da alimentação escolar.

05

Achado: Irregularidade na realização de visitas técnicas dos nutricionistas.

Descrição: As visitas técnicas às unidades escolares não ocorrem de forma regular e sistemática.

Causa: Déficit de equipe técnica e ausência de apoio logístico e transporte.

Risco: Falta de controle da qualidade sanitária e nutricional in loco.

06

Achado: Uso de veículos não exclusivos para transporte da merenda.

Descrição: Os veículos utilizados para o transporte dos gêneros alimentícios são compartilhados com outras finalidades.

Causa: Gestão compartilhada da frota sem segregação por finalidade.

Risco: Risco de contaminação cruzada e comprometimento da integridade dos alimentos.

07

Achado: Almoxarifado da merenda em desacordo com normas sanitárias.

Descrição: O almoxarifado da merenda escolar não possui alvará sanitário, Manual de Boas Práticas nem Procedimentos Operacionais Padronizados (POP).

Causa: Inobservância das exigências da Vigilância Sanitária.

Risco: Interdição do local e riscos sanitários à alimentação escolar.

08

Achado: Ausência de balança para conferência dos alimentos.

Descrição: As escolas visitadas não dispõem de balança para conferência do peso dos alimentos adquiridos por quilo.

Causa: Falta de investimento em equipamentos de controle.

Risco: Pagamento por mercadorias em quantidade inferior à efetivamente entregue.

09

Achado: Descumprimento parcial ou total do cardápio.

Descrição: O cardápio planejado não foi seguido integralmente em razão de atrasos na entrega ou inobservância por parte de algumas unidades escolares.

Causa: Falhas logísticas do fornecedor e fragilidade na fiscalização escolar.

Risco: Prejuízo ao aporte nutricional previsto para os estudantes.

10

Achado: Não divulgação do cardápio escolar.

Descrição: O cardápio da alimentação escolar não é amplamente divulgado à comunidade escolar.

Causa: Falha nos mecanismos de transparência pública.

Risco: Restrição ao controle social por pais, alunos e comunidade.

11

Achado: Infraestrutura inadequada de cozinhas e refeitórios.

Descrição: Diversas escolas apresentam deficiência de instalações, equipamentos, mobiliário e recursos humanos.

Causa: Ausência de manutenção preventiva e corretiva.

Risco: Comprometimento do preparo das refeições e risco de acidentes.

12

Achado: Armazenamento inadequado dos alimentos.

Descrição: Observou-se armazenamento impróprio dos gêneros alimentícios, decorrente de limitações estruturais ou desorganização.

Causa: Espaço físico inadequado e falta de capacitação em gestão de estoque.

Risco: Perda de insumos por deterioração, infestação de pragas e desperdício.

13

Achado: Presença de alimentos vencidos.

Descrição: Foram identificados alimentos com prazo de validade expirado em diversas unidades escolares.

Causa: Falha grave no controle de validade e no sistema PVPS (Primeiro que Vence, Primeiro que Sai).

Risco: Alto risco de intoxicação alimentar coletiva.

14

Achado: Ausência de controle adequado de estoque.

Descrição: Não há registros sistematizados de entrada e saída dos gêneros alimentícios.

Causa: Inexistência de fichas e rotinas de controle.

Risco: Desvios, perdas financeiras e risco de desabastecimento.

15

Achado: Inexistência de fichas técnicas de preparo.

Descrição: As escolas não dispõem de fichas técnicas padronizadas para o preparo das refeições.

Causa: Ausência de padronização pela equipe técnica de nutrição.

Risco: Variação na qualidade, rendimento e valor nutricional das refeições.

16

Achado: Descumprimento da quantidade per capita.

Descrição: A quantidade per capita definida tecnicamente não é observada na maioria das escolas visitadas.

Causa: Inobservância das orientações técnicas estabelecidas.

Risco: Desperdício de alimentos e desequilíbrio nutricional.

17

Achado: Atesto e recepção realizados por servidores sem competência formal.

Descrição: A recepção dos gêneros alimentícios e o atesto da documentação fiscal vêm sendo realizados por servidores sem delegação legal ou poder decisório, em desacordo com o fluxo administrativo recomendado.

Causa: Ausência de normatização interna, definição formal de responsabilidades e capacitação específica.

Risco: Pagamento indevido, prejuízo ao erário, fragilidade do controle interno e responsabilização administrativa.

18

Achado: Inobservância do Acórdão nº 2.122/2009/TCU.

Descrição: Identificou-se consumo da alimentação escolar por público diverso dos beneficiários da educação básica.

Causa: Falta de controle sobre os beneficiários das refeições.

Risco: Desvio de finalidade dos recursos federais do PNAE.

19

Achado: Comercialização de alimentos de baixo valor nutricional.

Descrição: Observou-se a venda de alimentos ultraprocessados aos estudantes, em desacordo com a Portaria nº 210/2024 e a Lei Estadual nº 19.455/2025.

Causa: Funcionamento de cantinas escolares sem controle nutricional.

Risco: Danos à saúde dos estudantes e descumprimento da legislação vigente.

20

Achado: Número insuficiente de manipuladores de alimentos.

Descrição: O quantitativo de manipuladores não é compatível com o volume de produção e a diversidade dos cardápios.

Causa: Dimensionamento inadequado da força de trabalho.

Risco: Falhas de higiene e atrasos na oferta das refeições.

21

Achado: Deficiência de higiene nas cozinhas e refeitórios.

Descrição: Foram identificadas falhas na limpeza de cozinhas e refeitórios em algumas unidades.

Causa: Ausência de rotinas de higienização e escassez de materiais adequados.

Risco: Proliferação de microrganismos patogênicos.

22

Achado: Ausência de Equipamentos de Proteção Individual (EPI).

Descrição: Manipuladores de alimentos não utilizam EPIs adequados.

Causa: Não fornecimento de toucas, luvas, botas e uniformes.

Risco: Acidentes de trabalho e contaminação física dos alimentos.

23

Achado: Controle ineficaz de pragas.

Descrição: Inexistência ou ineficiência do serviço de controle de pragas nas unidades.

Causa: Contratação inadequada ou ausência do serviço.

Risco: Presença de vetores em áreas de manipulação de alimentos.

24

Achado: Falta de limpeza periódica da caixa d'água.

Descrição: Não há comprovação de limpeza e desinfecção semestral das caixas d'água.

Causa: Ausência de cronograma de manutenção.

Risco: Veiculação de doenças de origem hídrica.

25

Achado: Higienização inadequada de bebedouros.

Descrição: Bebedouros apresentam falta de higienização e troca irregular do filtro.

Causa: Manutenção negligenciada.

Risco: Oferta de água fora dos padrões de potabilidade.

26

Achado: Uso de água sem laudo de potabilidade.

Descrição: Abastecimento alternativo de água sem análise laboratorial.

Causa: Ausência de controle químico e microbiológico.

Risco: Risco grave à saúde da comunidade escolar.

27

Achado: Acesso irrestrito às áreas de produção.

Descrição: As áreas de preparo de alimentos não possuem controle de acesso.

Causa: Falhas no controle de fluxo e inexistência de barreiras físicas.

Risco: Contaminação cruzada externa.

28

Achado: Condições ambientais inadequadas no entorno das cozinhas.

Descrição: Presença de animais, lixo, mato alto e água parada nas imediações.

Causa: Deficiência de zeladoria e manejo ambiental.

Risco: Proliferação de pragas e doenças, como dengue.

29

Achado: Ausência ou inoperância de extintores de incêndio.

Descrição: Escolas sem extintores ou com equipamentos fora de condições de uso.

Causa: Falta de regularização junto ao Corpo de Bombeiros.

Risco: Incêndios sem controle e risco à vida.

Achado: Ausência de Manual de Boas Práticas e POP.

Descrição: As escolas visitadas não dispõem de documentos operacionais obrigatórios.

Causa: Inexistência de diretrizes técnicas formalizadas.

Risco: Falta de padronização e insegurança alimentar.

Achado: Não há ações efetivas de Educação Alimentar e Nutricional.

Descrição: As ações de EAN não ocorrem de forma contínua e estruturada.

Causa: Ausência de projetos pedagógicos permanentes.

Risco: Baixo engajamento dos estudantes com hábitos alimentares saudáveis.

6. CONCLUSÃO

Com fundamento nas atividades de fiscalização, nas visitas técnicas realizadas às unidades escolares, no almoxarifado da merenda escolar e na análise da documentação referente à execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o Conselho de Alimentação Escolar de Caucaia conclui que a execução do programa, no âmbito do município, apresenta **inconformidades relevantes de natureza administrativa, financeira, operacional, sanitária e nutricional**.

As constatações apontadas evidenciam fragilidades no planejamento, na gestão e no acompanhamento do PNAE, destacando-se falhas no controle financeiro e documental, insuficiência de equipe técnica, deficiências estruturais nas unidades escolares e nos espaços de armazenamento, bem como inadequações nos procedimentos de recebimento, conferência, atesto, armazenamento e distribuição dos gêneros alimentícios.

Verificou-se, ainda, comprometimento da padronização e da qualidade da alimentação escolar ofertada, decorrente do descumprimento parcial do cardápio planejado, da ausência de instrumentos técnicos obrigatórios e da fragilidade das ações de Educação Alimentar e Nutricional, aspectos que impactam diretamente o alcance dos objetivos pedagógicos, sociais e nutricionais do PNAE.

Diante do exposto, o Conselho de Alimentação Escolar conclui que a situação identificada **demand a adoção de medidas corretivas e estruturantes**, com vistas à adequação da execução do programa à legislação vigente, ao fortalecimento dos mecanismos de controle interno e ao saneamento das inconformidades registradas, de modo a assegurar a correta aplicação dos recursos públicos e a oferta de alimentação escolar segura, adequada e de qualidade aos estudantes da rede pública municipal de Caucaia/CE.

7. RECOMENDAÇÕES

Recomenda-se à Secretaria Municipal de Educação:

- 01 - Adequar o planejamento da execução financeira do PNAE, assegurando a utilização dos recursos dentro dos prazos estabelecidos no art. 15 da Resolução FNDE nº 07/2024.
- 02 - Providenciar a imediata formalização, assinatura e disponibilização ao CAE do Termo de Compromisso do PNAE, garantindo a regularidade documental exigida pelo FNDE.
- 03 - Realizar, em articulação com a Secretaria de Agricultura, o mapeamento da produção agrícola local para subsidiar a chamada pública da agricultura familiar.
- 04 - Recompôr o quadro técnico de nutricionistas, observando os parâmetros numéricos definidos na Resolução CFN nº 465/2010.
- 05 - Instituir cronograma regular de visitas técnicas dos nutricionistas às unidades escolares, assegurando apoio logístico e transporte adequados.
- 06 - Destinar veículos exclusivos ou devidamente segregados para o transporte da merenda escolar, conforme boas práticas sanitárias.
- 07 - Regularizar o almoxarifado da merenda escolar junto à Vigilância Sanitária, com obtenção de alvará, elaboração e implementação do Manual de Boas Práticas e dos POP.
- 08 - Disponibilizar balanças calibradas às unidades escolares para conferência do peso dos alimentos adquiridos por quilo.
- 09 - Fortalecer o controle logístico e a fiscalização do cumprimento do cardápio planejado, responsabilizando fornecedores e gestores escolares em caso de descumprimento.
- 10 - Assegurar a ampla divulgação do cardápio escolar à comunidade, por meio físico e/ou digital, como instrumento de transparência e controle social.
- 11 - Promover melhorias estruturais nas cozinhas e refeitórios escolares, incluindo instalações, equipamentos, mobiliário e dimensionamento de pessoal.
- 12 - Adequar os espaços e procedimentos de armazenamento dos alimentos, com capacitação dos responsáveis pela gestão de estoque.
- 13 - Implantar controle rigoroso de validade dos alimentos, com aplicação efetiva do método PVPS (Primeiro que Vence, Primeiro que Sai).

14 - Instituir sistema padronizado de controle de estoque, com registros formais de entrada, saída e saldo dos gêneros alimentícios.

15 - Elaborar, padronizar e disponibilizar fichas técnicas de preparo das refeições em todas as unidades escolares.

16 - Orientar e monitorar o cumprimento das quantidades per capita estabelecidas tecnicamente, visando evitar desperdícios e desequilíbrios nutricionais.

17 - Normatizar o fluxo de recebimento e atesto da merenda escolar, com designação formal de responsáveis com competência legal e capacitação específica.

18 - Adotar mecanismos de controle para assegurar que a alimentação escolar seja destinada exclusivamente aos beneficiários da educação básica, conforme Acórdão nº 2.122/2009/TCU.

19 - Fiscalizar e coibir a comercialização de alimentos de baixo valor nutricional nas escolas, em conformidade com a Portaria nº 210/2024 e a Lei Estadual nº 19.455/2025.

20 - Reavaliar e adequar o quantitativo de manipuladores de alimentos, considerando o volume de produção e a complexidade dos cardápios.

21 - Implantar rotinas padronizadas de limpeza e higienização das cozinhas e refeitórios, com fornecimento de materiais adequados.

22 - Providenciar o fornecimento e uso obrigatório de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) pelos manipuladores de alimentos.

23 - Contratar e monitorar serviço eficaz de controle de pragas, com registros periódicos e acompanhamento técnico.

24 - Instituir cronograma semestral de limpeza e desinfecção das caixas d'água, com registro documental.

25 - Garantir a higienização regular dos bebedouros e a substituição periódica dos elementos filtrantes.

26 - Exigir laudos laboratoriais de potabilidade para todas as fontes de abastecimento alternativo de água utilizadas nas escolas.

27 - Restringir o acesso às áreas de produção de alimentos, implementando controle de fluxo e barreiras físicas adequadas.

28 - Intensificar ações de zeladoria e manejo ambiental no entorno das cozinhas, eliminando focos de lixo, água parada e presença de animais.

29 - Regularizar a situação dos extintores de incêndio nas escolas, em conformidade com as exigências do Corpo de Bombeiros.

30 - Providenciar a elaboração, disponibilização e implementação do Manual de Boas Práticas e dos POP em todas as unidades escolares.

31 - Planejar e executar ações contínuas e estruturadas de Educação Alimentar e Nutricional, integradas ao projeto pedagógico das escolas.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, o fortalecimento do controle social exercido por este Conselho é a maior garantia de que o direito à alimentação escolar não seja apenas uma meta administrativa, mas uma realidade cotidiana. O CAE permanece empenhado em colaborar com a gestão municipal, mantendo a vigilância necessária para que Caucaia continue avançando no combate à insegurança alimentar e na promoção de uma educação digna e nutritiva.

Caucaia, 30 de janeiro de 2026